

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Representantes do PS, do PSD e do BE

Senhor Vice-Presidente da Câmara

Senhores Vereadores

Senhores membros da Assembleia Municipal

Senhores Presidentes de Junta

Demais autarcas

Senhor Provedor do Município

Senhor Comandante da GNR

Outras entidades

Senhores convidados

Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Em nome do município dou as boas e saúdo todos os presentes nesta sessão comemorativa do 25 de Abril, quando são passados precisamente 45 anos desta data tão marcante da nossa história, que foi fundamental para o desenvolvimento do nosso país e para a afirmação de um projeto político que transformou a nossa sociedade no plano económico e cultural, no âmbito da justiça social, da democracia e da liberdade.

- 1) Em regra, associamos ao 25 de Abril o fim da ditadura e o restabelecimento das liberdades, a afirmação da democracia representativa e pluralista, a expressão da soberania popular através de eleições livres, respeitadas e reconhecidas, que possibilitam alternância política e a transição pacífica do poder. E também o poder judicial autónomo e independente como garante dos direitos individuais, a participação cívica, o poder local democrático, a liberdade de expressão, de pensamento e de associação.
- 2) Numa outra abordagem do 25 de Abril também muito comum, valoriza-se a conquista dos direitos sociais e laborais, a democracia económica conseguida, com melhor distribuição da riqueza, a redução das desigualdades sociais e a igualdade de oportunidades, beneficiando “as classes mais desfavorecidas”, como preconizava o Programa do MFA, que foi dado a conhecer ao país em 25 de abril de 1974. Trata-se

da justiça e da coesão sociais, que se traduziu em melhorias significativas e indiscutíveis, a nível da saúde, da educação, da segurança social etc.

3) Mas gostaria de realçar, hoje, um outro vetor do 25 de Abril, que nem sempre é abordado, que muitas vezes é esquecido e ignorado, sendo certo que se trata de um vetor essencial do 25 de Abril, que integra a sua componente matricial. O 25 de Abril fez-se também - diria que o 25 de Abril fez-se sobretudo para acabar com a guerra - , uma guerra em três frentes, que durava há treze anos, uma guerra de que não se vislumbrava o fim, uma guerra iniciada a contraciclo histórico. Ou seja quando as outras potências coloniais já abandonavam os seus impérios e procediam à descolonização, dialogavam e davam autonomia e independência às suas possessões na África e na Ásia, Portugal mantinha uma guerra - chame-se guerra colonial ou guerra do ultramar - , que destruiu milhares de famílias e produziu igualmente milhares de mortos e deficientes, com que procurava manter incólume o seu império, defendendo o Portugal “uno e invisível do Minho a Timor”, o que nos levou ao absoluto isolamento e condenação internacional (situação sintetizada na célebre frase de Salazar “orgulhosamente sós”).

Sobre esta guerra, de forma sintética, recordo alguns dados referidos pela historiadora Irene Pimentel :

a) Os jovens portugueses eram obrigados a cumprir o serviço militar, que durava entre dois a quatro anos, incluindo a recruta e uma comissão de serviço de cerca de dois numa colónia ou província ultramarina africana em guerra.

b) A guerra sorveu entre 7 a 10% da população portuguesa e mais de 90% da juventude masculina. Ainda em termos de gastos humanos, durante os treze anos de guerra, morreriam mais de 8 mil homens e ficariam feridos ou incapacitados cerca de 100 mil portugueses.

c) Por outro lado, esta guerra provocou ferimentos e deficiências físicas em cerca de vinte mil militares portugueses europeus, dos quais 5.120 com grau superior a 60 por cento. (Entre os africanos, não existe contabilização, mas pode-se aventar a hipótese quase certa de que o número foi muito superior).

d) Relativamente aos que foram psicologicamente afetados pela guerra, embora o número seja contestado, os psiquiatras contabilizam cerca 140.000.

e) Além disso, as guerras em Angola, na Guiné e em Moçambique sorveram avultados meios financeiros, calculando-se que, durante

os treze anos, uma média de 33% do Orçamento do Estado tivessem sido canalizados para a «defesa».

f) No final de 1964, Portugal já mantinha em África 85 mil militares, sendo que em 1974 foram mobilizados 150 mil efetivos militares para o esforço dessas guerras.

g) Durante os treze anos de guerra, entre cerca de 110 000 a 170.000 jovens faltaram ao serviço militar, sendo refratários e/ou desertores.

Esta situação contribui para os elevados níveis de emigração verificados, valores nunca antes vistos. Emigração certamente na procura de condições de vida mais favoráveis, mas também de fuga à participação numa guerra injusta, que muitos jovens não compreendiam e não aceitavam.

Foi precisamente a incapacidade do regime anterior em solucionar o problema da guerra, que levou a uma insatisfação e a um descontentamento crescentes, potenciados pela perda irreparável e injustificada de vidas humanas.

Impunha-se uma mudança radical! Foi o que aconteceu na madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974!

Não vale discutir, aqui e agora, se a guerra estava ganha como alguns defensores da manutenção do império vieram garantir posteriormente, ou se o 25 de Abril foi uma consequência de uma derrota iminente de Portugal na guerra colonial, como outros afirmam.

Talvez seja mais sensata a tese apresentada pelo General Spínola no seu livro “Portugal e o Futuro”, publicado em Fevereiro de 1974, escassos meses antes do 25 de Abril, que foi um momento de rutura dentro do regime vigente e um elemento catalisador e dinamizador do MFA, tendo dado um impulso decisivo para que o 25 de Abril se concretizasse. A solução para a situação que se vivia e se arrastava nas colónias ou províncias ultramarinas, a solução para a guerra, que afligia o país há treze anos, tinha que ser política e não poderia ser militar.

A solução teria de ser procurada, não pela procura uma vitória militar, mas através de negociações políticas, a levar a cabo com as estruturas que representassem os povos das nossas colónias ou províncias, com o respeito pelos princípios e pelas regras internacionais, nomeadamente das Nações Unidas e que teriam de incorporar os conceitos de autodeterminação e independência.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

São estas simples e despretensiosas considerações que gostaria de partilhar convosco neste 45 anos do 25 de Abril. Naturalmente não pretendo que estas considerações sejam dissociadas do facto de ter pertencido à geração dos portugueses que viveram a guerra, tendo nela participado (no dia 25 de Abril de 1974 cumpria o serviço militar obrigatório num lugarejo inóspito do norte de Moçambique) e assim ter tido oportunidade de vivenciar as suas agruras e as suas dificuldades, a sua violência física e psicológica e de ter tomado consciência da sua inviabilidade, da sua injustiça e da sua inutilidade. Como disse o filósofo Ortega y Gasset “o homem é o homem e as suas circunstâncias”.

Gostaria, para terminar, de deixar uma palavra de apreço e uma homenagem aos bravos militares que em 25 de Abril de 1974 deram um novo rumo ao nosso país, possibilitando-nos viver em liberdade e democracia e com uma participação cívica ativa na procura de um Portugal mais justo e mais fraterno.

Tenho dito

-

